

03 JUL 1981

Engodo

JORNAL DE BRASÍLIA

DF-*elicio*

O Senado vem de aprovar projeto de lei que concede aos eleitores residentes no Distrito Federal o estranho privilégio de poder votar em candidatos a governador, senador, deputados federais e deputados estaduais de seus "estados de origem" nas próximas eleições. Sem poder decidir sobre o destino da cidade onde vivem, trabalham e pagam impostos, os brasilienses terão agora a possibilidade de fazê-lo nos estados onde nasceram.

Há outro projeto em tramitação que vai ainda mais longe. Permite aos eleitores inscritos no Distrito Federal a escolha de um estado para exercer o direito de voto que lhes é negado sob quaisquer hipóteses, a não ser na eventualidade de uma votação plebiscitária nacional ou na circunstância improvável de que a Constituição seja mudada e a eleição para Presidente da República passe a ser feita por voto direto.

Conjugando uma lei com outra, poder-se-á, quem sabe, influir na escolha de governadores e deputados estaduais de estados onde jamais se pôs os pés.

Os parlamentares que votaram a favor do primeiro projeto e que se inclinam a fazê-lo pelo segundo, apresentado recentemente pelo deputado Edison Lobão, estão certamente movidos pela melhor das intenções, a de fazer com que o brasiliense por nascimento, adoção ou inscrição eleitoral não se sinta tão desligado dos assuntos de seu país.

Contudo, medidas deste tipo servem como mero paliativo para a grande injustiça que é o impedimento legal que tem a razoável parcela da população brasileira que vive no Distrito Federal de decidir sobre o seu destino. Os brasilienses, especialmente os que estão inscritos aqui como eleitores, são brasileiros politicamente castrados em nome não se sabe bem de quê.

Será que 21 anos depois de oficialmente instalada como capital do país esta cidade carece de uma população suficientemente enraizada neste Planalto Central de modo a poder exercer na plenitude seus direitos políticos? Seremos um contingente de mais de um milhão de residentes temporários?

Não há como responder afirmativamente a estas duas perguntas a menos que interesses outros, ditos casuísticos, prevaleçam sobre a lógica e a razão. Pois temos hoje em Brasília, na imensa maioria da população, um compromisso de longo prazo com a cidade, que se traduz pelo volume de residências, empresas, escolas, igrejas e outros símbolos de permanência e continuidade.

Brasília e os brasilienses precisam do direito pleno de voto e representação política, que lhes são sistematicamente negados sob argumentos capciosos. Soluções paliativas são um engodo. Temos a esperança de que seja um engodo provisório.